

## Do silêncio ao boato: a luta por hegemonia entre as principais forças políticas em disputa no funcionamento discursivo do jornalismo brasileiro

Eduardo Silveira de MENEZES

[dudumenezes@gmail.com](mailto:dudumenezes@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/9019365578189863>

Ercília Ana Cazarin

[eacazarin@gmail.com](mailto:eacazarin@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/2992496360780908>

### RESUMO

Tendo a análise do discurso de linha francesa como fundamentação teórica, estabelecemos graus de diferenciação e similitude do fazer jornalístico. Objetivamos, com isso, compreender como se constitui o funcionamento discursivo das “grande mídia” e “mídia alternativa”. Trabalhamos, assim, com duas matérias jornalísticas – uma da revista *Veja* e outra da *Carta Capital* – que remetem à construção do texto noticioso, mas sob vertentes opostas. A questão é: sob quais condições de produção essas revistas passaram a relacionar a realização da Copa do Mundo e o processo eleitoral no Brasil? Na análise, realizamos o deslocamento de contrainformação para a de contradiscurso, pois entendemos que este movimento apresenta as pistas necessárias para, em um futuro trabalho, avançarmos para uma análise discursiva da conjuntura política nacional.

**Palavras-chave:** contradiscurso, contrainformação, contra-hegemonia

### Introdução

De acordo com o Manual de Redação da *Folha de São Paulo* (1995), tomado como uma das principais referências para os cursos de jornalismo no Brasil, o editorial corresponde ao “texto que expressa a opinião de um jornal” (FOLHA, 2005, p. 64). Mesmo sabendo que, na prática, a quase totalidade dos episódios envolvendo os veículos de comunicação da chamada “grande mídia” não demonstre qualquer intenção de admitir o lugar social em que politicamente se inscrevem, tais manuais, paradoxalmente, costumam descrevê-lo como o espaço no qual o estilo deve ser “enfático e equilibrado” (FOLHA, op. cit., p. 64.). Para a *Folha*, trata-se de “apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada” (FOLHA, op. cit., p. 64).

Foi justamente assim que agiu a Folha em sua publicação de 17 de fevereiro de 2009<sup>1</sup>, quando se utilizou do termo “ditabranda” para remeter à ditadura militar brasileira. O editorial rememorou o acontecimento ao fazer duras críticas ao referendo constitucional realizado, em 2009, na Venezuela, o qual aprovou a possibilidade de reeleição ilimitada para o então presidente da República, Hugo Chávez, e os demais governantes do país. Este episódio é exemplar do posicionamento que, de modo geral, a chamada “grande mídia” procura adotar. Mesmo que, forçosamente, queira se pautar por uma suposta objetividade de cunho positivista, a mídia dominante costuma atuar de acordo com os interesses de mercado.

Esse quadro se configura como um atentado à democracia na comunicação, uma vez que, atualmente, apenas seis famílias controlam toda a produção de informação no Brasil. São elas: família Marinho (Organizações Globo), família Frias (Grupo Folha), família Saad (Grupo Bandeirantes), família Abravanel (Grupo Sílvio Santos), família Sirotsky (Rede Brasil Sul - RBS) e família Civita (Grupo Abril). Esta última foi escolhida, neste artigo, como a representante do grupo citado, o qual está sendo identificado como a “grande mídia”. Em contraposição a esta perspectiva, em uma instância conhecida como “mídia alternativa”, surge, na década de 1990, a *Carta Capital*, cuja produção de notícias situa-se em um polo ideológico exatamente oposto ao de *Veja*.

Considerando esta breve elucidação sobre a configuração do espaço onde atuam os dois periódicos selecionados, salientamos que, inicialmente, o presente artigo discorre sobre o fazer jornalístico para, em um segundo momento, confrontar reportagens referentes aos dois principais acontecimentos em pauta no Brasil no ano de 2014: a realização da Copa do Mundo e o processo eleitoral. Para tanto, observamos o funcionamento de sequências discursivas de referência (sdr(s)) construídas nos aludidos periódicos (COURTINE, 2009, p. 106),<sup>2</sup> pois compreendemos que são representativos do

---

1 LIMITES a Chávez. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

2 Em conformidade com Courtine utiliza-se a expressão sequência discursiva de referência para organizar o conjunto de elementos do *corpus*, tomados como pontos de referência para a realização da análise proposta.

acirramento da disputa política no período pós-eleitoral.<sup>3</sup> Propomos, com isso, o deslocamento do conceito de contrainformação para o de contradiscurso, realizando, neste percurso, uma abordagem que pressupõe a passagem do silêncio para o boato, em conformidade com Orlandi (2007).

## 1. O jornalismo brasileiro em (re)vista

Ao tratar das diferenças e similitudes entre o jornalismo diário e o de revista, Vilas Boas (1996, p. 34) destaca:

Ao dispor de um tempo maior para informar, analisar e interpretar o fato, a revista semanal de informações não busca extremos de imparcialidade. Além do mais, a imparcialidade é um mito da imprensa diária. Um texto pode conter informação, análise, interpretação e *ponto de vista*. Outra característica da revista semanal de informações é assumir mais declaradamente o papel de formadora de opinião.

Essa característica se mantém nos *sites* das revistas, onde os conteúdos são, na maior parte dos casos, o mesmo veiculado no formato impresso. No entanto, conforme explica Ferrari, “produzir uma notícia para internet carrega um alto grau de conhecimento das mídias envolvidas, muito maior do que para um veículo impresso” (FERRARI, 2010, p. 50). A autora refere-se à integração multimídia que só é possível no jornalismo digital. Embora não seja diretamente o foco da análise aqui proposta, ressalta-se o caráter atrativo dos elementos que compõem o conteúdo *online*, os quais, além de combinarem texto, imagem, áudio e vídeo, circulam por diversas plataformas, possibilitando maior mobilidade no acesso e compartilhamento das informações.

Nem sempre os leitores de *Veja* e *Carta Capital* são, também, assinantes das revistas. Muitas vezes, algumas matérias das referidas revistas recebem um bom número de leituras na internet, mas os potenciais “consumidores” destas “informações” (discursos), nem mesmo têm o hábito de ler. Eles chegam até os *sites* por meio do compartilhamento de *links* em redes sociais, como o Facebook. Estas ferramentas dão acesso às notícias cujos títulos podem atingir mais ou menos leitores, dependendo do

---

3 O ano de 2015 ficou marcado pelo conflito entre oposição e governo, mas é importante ressaltar que este processo teve início ainda no período pré-eleitoral.

tema abordado. Levamos em consideração que, sob o viés analítico proposto por este estudo, a informação deve ser pensada como pertencente a um contexto e uma situação específica, ou ainda, determinada pelas condições de produção (CP) na qual se materializa o discurso: “sublinhemos mais uma vez que se trata de um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (PÊCHEUX, 1993, p 83).

Tais “formações imaginárias”, segundo esse autor, se expressam por meio de questões implícitas cujas respostas remetem à imagem do lugar do receptor e do emissor para o sujeito colocado em cada uma dessas posições, conforme se apresenta a seguir: “quem sou eu para lhe falar assim? quem é ele para que eu lhe fale assim? quem sou eu para que ele me fale assim? quem é ele para que me fale assim?” (PÊCHEUX, 1993, p. 83). Certamente as revistas *Veja* e *Carta Capital*, ao construírem seus discursos jornalísticos, praticam, mesmo que no nível do inconsciente, as duas primeiras indagações, deixando aos seus leitores a formulação das últimas duas questões. Para chamar a atenção do público-alvo, as revistas operam no domínio da antecipação: “um conjunto de sequências discursivas que sucedem à sdr” (COURTINE, 2009, p. 113).

A noção de antecipação, segundo Pêcheux (1993, p. 77-78), é constitutiva do discurso e entendida como o momento em que o orador experimenta, de certa maneira, o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador constituído pelo jogo das formações imaginárias (a imagem que faz de x, de si mesmo, do outro) - “Cada um ‘sabe’ prever onde seu ouvinte o espera – é esse jogo imaginário que funciona no discurso”.

Entendemos, com isso, que os títulos das duas matérias tomadas para análise - 1) A influência do 7 a 1 na eleição? Nenhuma (*Carta Capital*)<sup>4</sup>; 2) Na Copa, Dilma foi apenas candidata. Pior para o Brasil (*Veja*)<sup>5</sup>, - apresentam a preocupação de “acentuar o caráter necessariamente aberto da relação que uma sdr produzida em condições de produção determinadas mantém com o seu exterior no seio de um processo”

---

4 A INFLUÊNCIA do 7 a 1 na eleição? Nenhuma. *Carta Capital*, São Paulo, 14 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-influencia-do-7-a-1-na-eleicao-nenhuma-9729.html>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

5 NA COPA, Dilma foi apenas candidata. Pior para o Brasil. *Veja*, São Paulo, 14 jul. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/na-copa-dilma-candidata-assume-e-a-imagem-do-pais-sofre>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

(COURTINE, 2009, p. 113). Nesse sentido, identificamos que, por meio dos títulos, *linkados* nas redes sociais, as duas revistas visaram antecipar-se às expectativas de possíveis leitores. Conforme explica Courtine (2009, p. 113), “se existe um sempre-já do discurso, pode-se acrescentar que terá aí um sempre-ainda”.

Ressaltamos que a revista *Veja*, ao ser entendida como um dos veículos de comunicação pertencentes ao grupo de comunicação dominante – a grande mídia –, apenas incorpora saberes das classes dominantes. Esse processo se dá por intermédio da memória discursiva, na qual, sob a perspectiva gramsciana, identifica-se que a hegemonia burguesa – aliada aos campos político, jurídico e ideológico – coloca a massa na ignorância e impede sua autoconsciência (GRUPPI, 1978, p. 11).

Para Gramsci, existem dois níveis superestruturais: o da sociedade civil, que é representada por organismos vulgarmente chamados de privados, e outro identificado como sendo a sociedade política, ou melhor, o Estado em sentido restrito. O primeiro nível corresponde à função da hegemonia exercida pelo grupo dominante junto à sociedade. Já o segundo, se estabelece através de uma dominação direta, ou ainda, pela autoridade praticada por meio do Estado e do governo jurídico (PORTELLI, 1987, p. 22).

Este é um ambiente de correlação de forças, onde a hegemonia está em constante conflito. Nesta medida, entendemos que os discursos podem não só operar de acordo com os interesses dominantes, mas, também, em prol de projetos políticos diversos daquele defendido pelos grupos econômicos e políticos que controlam a grande mídia. Entramos, assim, no terreno da contrainformação, o qual corresponde a “práticas de comunicação e militância política que resistem à ordem hegemônica e lutam pela instalação de uma nova hegemonia” (FADUL, 1982, p. 25-39). É neste espaço de luta de classes que se identifica a possibilidade de disputa de consciência estabelecida entre as revistas, uma vez que, ao não existir subordinação absoluta de uma classe perante a outra, “o problema colocado é como se dá a resistência à ordem hegemônica e como se concretiza a possibilidade de uma nova hegemonia” (Op. cit., p. 36-37).

## 2. Da contrainformação ao contradiscurso

A necessidade de democratizar os meios de comunicação resulta de um processo histórico relacionado à identificação, por parte de grupos sociais colocados à margem dos interesses da grande mídia, daquilo que, neste estudo, identificamos como a política do silêncio, ou ainda, o silenciamento, patrocinado pelas seis famílias que controlam a quase totalidade da produção de informações – ou, melhor, de sentidos – no Brasil. “Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73).

As sdrs a seguir demonstram, respectivamente, como se constitui o funcionamento dos discursos de *Veja* e *Carta Capital*, enquanto produtoras de um recorte entre o que “se diz” e o que “não se diz”, ao inscrever-se em uma FD identificada com a mídia hegemônica (grande-mídia), ou com a mídia contra-hegemônica (mídia alternativa).

sdr 1: Em discurso nesta segunda e no claro desconforto que demonstrou, no domingo, ao entregar a taça ao capitão alemão, a presidente deixa claro que sua maior preocupação é mesmo a eleição de outubro (NA COPA, *Veja*).

sdr 2: Acreditar que resultados positivos ou negativos de nossa seleção numa Copa do Mundo possam mudar um resultado eleitoral revela um preconceito desatualizado no olhar de nossa elite sobre o grau de informação e de qualidade do voto de nosso povo (A INFLUÊNCIA, *Carta Capital*).

De forma semelhante, ambas publicações produzem um efeito de sentido no qual instalam um anti-ilícito, “este sendo o sentido a se descartar do dito” (ORLANDI, op. cit., p. 73). Na sdr 1, a revista *Veja* procura silenciar o possível impacto positivo que o êxito da realização da Copa do Mundo pode proporcionar à candidata Dilma Rousseff (PT) em seus planos de permanecer na presidência da República. Por isso, remete a uma suposta postura inadequada da chefe de Estado durante o mundial. Por seu turno, a revista *Carta Capital*, antecipando-se ao discurso da grande mídia, coloca-se em uma posição-sujeito oposta à de *Veja*, na qual o pronome possessivo “nossa/nosso”, na complexidade que lhe é própria, produz um efeito de sentido de inscrição na FD própria do discurso governista, o qual é sistematicamente atacado pela oposição conservadora, por meio da mídia hegemônica.

“O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando



consequentemente os limites do dizer” (ORLANDI, op. cit., p. 74). Conforme explica Orlandi (2007, p. 74), é nesse nível que atua o silêncio constitutivo, “o conjunto do que é preciso dizer para não dizer”. A revista da Editora Abril - a *Veja* - preocupa-se em condenar o discurso da presidenta, considerado uma demonstração de temor aos efeitos eleitorais que a goleada sofrida para a Alemanha poderia ocasionar nas eleições de outubro. Para rechaçá-lo, apagando outros sentidos possíveis do discurso presidencial, *Veja* o apresenta conforme demonstrado na sdr a seguir:

sdr 3: Nesta segunda-feira, em Brasília, Dilma voltou a misturar Copa e política. Em nova demonstração de que teme os efeitos eleitorais da goleada sofrida pelo Brasil para a Alemanha, saiu-se com um discurso de superação. "Nós tivemos a Copa das Copas. Tivemos, sem tergiversar, um problema, que foi a nossa partida com a Alemanha. No entanto, eu acredito que tudo na vida é superação. O Brasil demonstrou também uma grande dignidade após sofrer esse revés num jogo. Mostrou que tem dignidade, porque é preciso inclusive atitude para saber perder. O povo brasileiro demonstrou que era capaz não só de fazer a Copa das Copas, mas de enfrentar também esse desafio, o que aconteceu". E associou o sucesso do torneio fora de campo diretamente à sua administração: "Foi uma árdua conquista para o meu governo. Nós todos nos empenhamos para assegurar que a Copa do Mundo trouxesse não só uma grande oportunidade de sediar o mais importante evento de futebol do planeta, como também queríamos demonstrar que o Brasil estava capacitado e tinha todas as condições para assegurar infraestrutura, segurança, telecomunicações, tratamento adequado aos turistas, seleções e a todos os chefes de Estado que viessem nos visitar" (NA COPA, *Veja*).

Por outro lado, deixando emergir outros dizeres, a revista *Carta Capital* explicita o que *Veja* quer silenciar, como é possível verificar nas próximas sdrs. O que não significa dizer que não deixe de silenciar outros dizeres, já que para “dizer” e preciso “não dizer”. Mas, ao antecipar-se ao discurso da grande mídia, o faz apagando sentidos reacionários/golpistas e colocando em funcionamento um discurso que, embora governista, não se furta de fazer a autocrítica. A sdr 4 demonstra claramente que a publicação de Mino Carta, aqui considerada contra-hegemônica, tece críticas à realização da Copa do Mundo e apresenta suas contradições, sem, com isso, apontar uma relação direta entre um suposto equívoco na postura adotada pela presidenta durante o mundial, como o faz a *Veja*.

sdr 4: Pois é, teve Copa, e ela foi considerada por muitos da imprensa estrangeira a Copa das Copas, um dos melhores eventos do gênero nas últimas décadas. Problemas graves apareceram: a já rotineira truculência policial; gente sendo expulsa de seu local de moradia para construção de estádios; especulação imobiliária sem a devida compensação; supostos superfaturamento de obras, etc. Esperamos que nosso aparato judicial dê conta de resolver essas questões e os resíduos de obras por findar sejam logo concluídos. Apesar de ter obtido um bom resultado no torneio, o melhor nas últimas copas, a seleção passou a imagem de ser um fiasco. Perder para a

Alemanha tudo bem, mas de seis gols de diferença!!! E ainda em casa. O que está em pauta agora, porém, é a influência da derrota da seleção no resultado eleitoral. Certas publicações de mídia comercial procuram empurrar para Dilma a culpa pela derrota. Não creio que lograrão êxito em sua tentativa. Nossas eleições presidenciais têm coincidido com as Copas do Mundo e não se registra influência de uma na outra (Carta Capital).

Tal qual preceitua essa sdr, ao tentar produzir sentidos semelhantes entre a derrota da Seleção e uma conduta inadequada da presidenta durante o mundial, a revista *Veja* joga no limite “em que os sentidos são feitos de silêncio” (ORLADI, 2012. p. 134). Neste espaço, opera o boato, ou, dito de outra forma, operam as vozes que protestam, materializando-se em “notícias anônimas que se expandem publicamente sem confirmação” (ORLADI, op. cit., p. 134). Assim funciona a produção de sentidos provocada pelo discurso de *Veja*, ao identificar, conforme demonstra a próxima sdr, que o abafamento do “som” das vaivas dirigidas à presidenta por uma elite conservadora, durante a abertura e o encerramento do evento, seriam representativas da tentativa de calar toda uma Nação, que estaria indignada com a quebra de uma “tradição discursiva” manifestada no fato da presidenta não discursar durante a abertura e o encerramento do evento.

sdr 5: De fato, até o momento em que Lahm ergue a taça, o estádio foi tomado por vaivas e xingamentos a Dilma. A organização do evento, contudo, blindou a presidente de um constrangimento mundial ao abafar os sons com música alta na transmissão televisiva. Se do outro lado do mundo os torcedores não podiam decifrar o abafado xingamento à presidente, o rosto de Dilma entregou o que a Fifa tentava esconder. Se já havia quebrado uma tradição ao optar por não discursar na abertura da Copa, Dilma mais uma vez falhou em seu compromisso como presidente ao segurar a taça por meros três segundos, empurrando-a a Lahm (NA COPA, *Veja*).

O silêncio de Dilma, ao contrário do que tenta desacreditar *Veja*, ao produzir um ruído (boato), gera sentidos muito mais significativos do que faria seu possível pronunciamento em meio a um cenário constrangedor, hegemônico por adversários políticos e seus respectivos correligionários. Calando, a presidenta distanciou-se da função enunciativa cinicamente construída em eventos deste porte, de quem se espera bajulações de toda ordem. Seu discurso, em forma de silêncio, talvez tenha sido direcionado ao potencial eleitor, o qual, em sua maioria, se viu afastado dos estádios devido ao valor exorbitante dos ingressos, que foram estipulados pela Federação Internacional do Futebol (FIFA).

Chama a atenção, na análise aqui proposta, o fato de que historicamente a grande



mídia não mediu esforços para operar por meio do que Orlandi considera ser o “silêncio local” ou, ainda, a “censura”, cuja manifestação mais visível é “a interdição do dizer” (ORLANDI, 2007, p. 74). E isso não é novo. Nessa direção, os efeitos de sentido provocados pela “censura”, uma estratégia que produz o que é proibido dizer (interdito) – própria não só do período militar, mas dos anos que se seguiram –, levou grupos sociais excluídos da grande mídia a procurarem construir suas próprias formas de contato com o público. O resultado do conjunto dessas experiências, identificado como a contrainformação, está sendo pensado, aqui, sob o ponto de vista analítico de que tais sujeitos estariam se contra identificando com a formação discursiva que lhes era imposta pela mídia hegemônica.

Ao se deslocar o conceito de contrainformação para o âmbito da análise de discurso, podemos remeter, conforme preceitua Pêcheux, ao discurso-contra, ou ainda, ao contradiscurso. Este, por seu turno, “caracteriza o discurso do ‘mau sujeito’, discurso no qual o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição” (PÊCHEUX, 1995, p. 199). Para chegar a essa caracterização é preciso ter em conta que, em uma primeira modalidade, a figura do bom sujeito – aqui identificado pelos jornalistas de *Veja* e seus leitores, os quais não questionam e nem se revoltam com o discurso produzido pela grande mídia em face à realidade em que vivem –, realiza seu assujeitamento sob a forma do livremente consentido (op. cit., p. 199).

### **Considerações finais**

Diferente do que se pode pressupor, ao observar apenas o lugar historicamente dado à santíssima trindade da informação – veículo/jornalista/transmissão (sujeito universal), – composta pelo esquema que designa o emissor como uma entidade abstrata e imparcial, capaz de transmitir uma mensagem sem atravessamento ideológico, ressaltamos que o sujeito da enunciação faz emergir a existência de um “sempre-já-aí”, manifesto no discurso das revistas pelo efeito de pré-construído (um já-dito).

No caso de *Veja*, ao fazer uso de uma citação da presidenta e apresentar marcas linguísticas para contrapor o sentido produzido pelo funcionamento do silêncio,

entendemos que há uma atualização das representações características da posição do bom sujeito. Do ponto de vista da grande mídia, o chefe de Estado deve manter-se servil às “tradições discursivas” que são próprias do protocolo estipulado em eventos mundiais, cuja confissão de obediência à ordem política e econômica mostra-se indispensável.

Já o discurso da Carta Capital está sendo compreendido a partir da nominalização, uma vez que o conjunto das sdrs nominaliza a forma verbal "perdeu" retomada por meio do substantivo “a derrota”, em denúncia à tentativa de associar o suposto fracasso à imagem da presidenta. Assim, por meio de um pré-construído que emerge pela forma do discurso transversal, retorna o discurso do processo de redemocratização do país, da década de 1980, momento no qual se evidenciava com ênfase a construção de canais de comunicação alternativos.

Ressaltamos que muitos desses veículos eram identificados com o movimento sindical e, por isso, sentiam-se representados pelo então líder dos metalúrgicos, Luiz Inácio Lula da Silva, que veio a se tornar presidente da República, em 2003, e que, pela segunda vez, conseguiu reeleger sua sucessora - a presidenta Dilma Rousseff.

O atual cenário de disputa política, no Brasil, cuja tônica tem sido as manifestações de ódio à democracia, é representativo do funcionamento discursivo do jornalismo brasileiro. Os indícios do acirramento político verificado no período pós-eleitoral podem, portanto, ser identificados em um momento prévio, pois as posições-sujeito inscritas nas formações discursivas hegemônica e alternativa já faziam ressoar um embate de ideias que resulta de um processo histórico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A INFLUÊNCIA do 7 a 1 na eleição? Nenhuma. *Carta Capital*, São Paulo, 14 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-influencia-do-7-a-1-na-eleicao-nenhuma-9729.html>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DREIFUSS, René Amand. *1964 a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

EDITORIAL: o mal a evitar. *Estadão*, São Paulo, 25 set. 2010. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,editorial-o-mal-a-evitar,615255>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

FADUL, Anamaria. Hegemonia e contra-informação: por uma nova práxis da comunicação. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org). *Comunicação, hegemonia e contrainformação*. São Paulo: Cortez: INTERCOM, 1982. p. 25-39.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo Digital*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FOLHA avalia que errou, mas reitera críticas. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200907.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

FOLHA de S. Paulo. *Manual de Redação*. São Paulo: Publifolha, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* -volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

JAKOBSON, Roman. *Essais de linguistique générale: les fondations du langage*. Paris: Editions de Minuit, 1963.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LIMITES a Chávez. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

MENEZES, Eduardo Silveira de. *Audiovisual alternativo: a experiência da TV dos Trabalhadores (TVT)*. **Dissertação** de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. UNISINOS, 2011.

MISSÃO e valores. *Editora Abril*, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/missao-e-valores>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

NA COPA, Dilma foi apenas candidata. Pior para o Brasil. *Veja*, São Paulo, 14 jul. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/na-copa-dilma-candidata-assume-e-a-imagem-do-pais-sofre>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

O CASO de Veja. *Portal Luis Nassif*, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/luisnassif02/>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

ORLANDI, Eni Puccineli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed., São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2012.

OS MÉTODOS criminosos no jornalismo da Revista VEJA. *Ponto e Contraponto*, São Paulo, 26 ago. 2011. Disponível em: <<http://pontocontraponto.com.br/2011/08/26/os-metodos-criminosos-no-jornalismo-da-revista-veja/>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

PARANHOS, Kátia. Outras palavras: educação sindical em São Bernardo nos anos 70/90. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 137-153, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed., São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2 ed. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

PRIMEIRO de abril 30 anos. *Diário do Grande ABC*, São Bernardo, 1 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5802646/1-de-abril-30-anos.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VILAS BOAS, Sergio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

#### **SOBRE O AUTOR/ A AUTORA:**

Eduardo Silveira de Menezes é doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Ercília Ana Cazarin é doutora em Letras – área de concentração Teorias do Texto e do Discurso – e professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).